

25.Outubro.2011 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Sindicato dos Músicos**
Adriano Aguiar, João Diogo Duarte, Duncan Fox, Carla Pereira, José Carlos Oliveira, Franz d’Orsan, João Barradas e André Albuquerque.
- Recebido por:** Deputados Inês de Medeiros, Maria Conceição Pereira, Miguel Tiago, Pedro Delgado Alves, Catarina Martins, Inês Teotónio Pereira, Maria Gabriela Canavilhas
- Assunto:** Orçamento do Estado para 2012, para a área da Cultura, e reflexo dos cortes previstos

Exposição: Os representantes do Sindicato dos Músicos apresentaram as suas preocupações em relação aos cortes orçamentais, na ordem dos 20%, previstos para a área da Cultura em 2012, designadamente para o Teatro Nacional de S. Carlos e para a Companhia Nacional de Bailado. O orçamento passa, segundo consideraram, a corresponder a um valor que é inferior aos custos fixos de funcionamento, deixando de existir qualquer verba para a produção. A este propósito, referiram-se à dotação orçamental dos últimos três anos, que se encontra muito abaixo da média europeia, atingindo três vezes menos que o orçamento dos teatros de Berlim.

Fizeram alusão à reunião que mantiveram com a direcção da OPART, que avançou com a possibilidade do regime de lay-off, o que corresponde a um desconto de 30% no vencimento dos trabalhadores, para além dos descontos a que já estão sujeitos, como funcionários públicos.

Assim, entendem que estes cortes configuram uma enorme injustiça, pelo que dirigiram um apelo aos Deputados da Comissão, para que, em sede da discussão do Orçamento do Estado, tenham em conta estas reduções, que consideraram inoportáveis e incompreensíveis, no sentido de o esforço ser partilhado por todos.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Inês de Medeiros (PS), Gabriela Canavilhas (PS), Catarina Martins (BE), Conceição Pereira (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que colocaram algumas questões, nomeadamente sobre a actual situação dos trabalhadores, a figura jurídica que está a ser pensada para o funcionamento destas instituições, a possibilidade de alteração da temporada, consequências dos cortes a longo prazo, ponto de situação em relação ao processo de constituição do Cena, objectivos dos cortes anunciados, propostas concretas apresentadas pela Direcção e ainda sobre a informação transmitida pelo Secretário de Estado da Cultura.

Respondendo às questões colocadas, os representantes do Sindicato esclareceram que foi a direcção da OPART que lhes comunicou a intenção de se avançar para o regime de lay-off, apresentando esta como a melhor solução em alternativa ao despedimento do 30% dos trabalhadores ou a uma paragem de três meses. A direcção da OPART deu ainda conta da necessidade de reformulação da temporada no TNSC e na CNB.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Respondendo à questão da figura jurídica agora pensada para o TNSC, fizeram uma breve resenha do percurso deste Teatro, que começou por ser empresa pública, depois fundação, passando depois a instituto público, posteriormente OPART e agora a Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), concluindo tratar-se de mera cosmética política.

No que concerne ao alargamento do âmbito do Sindicato, esclareceram que a alteração de estatutos foi decidida em Assembleia Geral.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, pode ser consultada na página da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudiencia.aspx?BID=91346>

Palácio de São Bento, 25 de Outubro de 2011

A assessora da Comissão

Cristina Tavares